

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 40.529 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 148.501 mil e Ativos Totais de R\$ 150.080 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 23 de fevereiro de 2017, ocorreu a incorporação entre Andorra Holdings S.A. (Sociedade Incorporadora) e Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (Sociedade Incorporada) com a consequente extinção da Sociedade Incorporada.

Em 24 de abril de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, deliberou-se reduzir o Capital Social no valor de R\$ 140.000 mil, reduzindo-o de R\$ 234.200 mil para R\$ 94.200 mil, sem cancelamento de ações.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	44.173	169.383	CIRCULANTE	212	840
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	42.871	169.383	Impostos e Contribuições a Recolher.....	147	300
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	1.302	-	Dividendos a Pagar (Nota 8d).....	-	473
NÃO CIRCULANTE	105.907	252.851	Outras Obrigações.....	65	67
Realizável a Longo Prazo	2.806	6.342	NÃO CIRCULANTE	1.367	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	2.806	6.320	Provisão para Impostos e Contribuições.....	1.367	-
Créditos Tributários.....	-	22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	148.501	421.394
Investimentos (Nota 6)	-	246.509	Capital Social:.....		
IMOBILIZADO (Nota 7)	103.101	-	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	94.200	141.500
Propriedade para Investimento.....	126.986	-	Reservas de Capital.....	-	89.145
Depreciação Acumulada.....	(23.885)	-	Reservas de Lucros (Nota 8).....	54.301	190.740
TOTAL	150.080	422.234	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	9
			TOTAL	150.080	422.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Investidas)	Lucros Acumulados	Totais
	2017	2016								
RECEITAS OPERACIONAIS	42.492	48.414	Saldos em 31.12.2015	111.500	89.145	19.052	152.330	-	-	372.027
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6).....	2.165	48.414	Aumento de Capital (Nota 8a).....	30.000	-	-	(30.000)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 7).....	40.327	-	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	49.831	49.831	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.430)	(193)	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	9	9	-
Despesas Tributárias (Nota 10).....	(1.481)	(108)	Total Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	49.840
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(112)	(85)	Destinações:- Reservas.....	-	-	2.492	46.866	-	(49.358)	-
Depreciações (Nota 7).....	(1.837)	-	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(473)	(473)
RESULTADOS FINANCEIROS	8.645	2.304	Saldos em 31.12.2016	141.500	89.145	21.544	169.196	9	-	421.394
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	8.645	2.304	Aumento de Capital (Nota 8a).....	92.700	(89.145)	-	(3.555)	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	47.707	50.525	Redução de Capital (Nota 8a).....	(140.000)	-	-	-	-	-	(140.000)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(7.178)	(694)	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	40.529	40.529
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.529	49.831	Resultado de Incorporação.....	-	-	-	-	-	3.114	3.114
Número de ações.....	259.170.723	259.170.723	Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	156,38	192,27	Total Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	43.634
			Dividendos Intermediários Pagos (Nota 8d).....	-	-	-	(169.198)	-	(7.329)	(176.527)
			Destinações:- Reservas.....	-	-	2.182	34.132	-	(36.314)	-
			Saldos em 31.12.2017	94.200	-	23.726	30.575	-	-	148.501

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Lucro Líquido do Exercício	Resultado de Incorporação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Resultado Abrangente do Exercício
	2017	2016				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	47.707	50.525	40.529	3.114	(9)	49.831
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(672)	(48.414)				
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(2.165)	(48.414)				
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.837	-				
Depreciação.....	(344)	-				
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	47.035	2.111				
Lucro Líquido Ajustado	2.557	(69)				
Redução/Aumento em Tributos a Compensar.....	22	3				
Redução em Créditos Tributários.....	(5.793)	(626)				
(Redução/Aumento em Outras Obrigações.....	43.819	1.419				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....						
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	146.669	160.567				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	146.669	160.567				
Dividendos Recebidos de Controlada.....						
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	146.669	160.567				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	146.669	160.567				
Dividendos Pagos.....	(177.000)	(576)				
Redução de Capital.....	(140.000)	-				
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(317.000)	(576)				
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(126.512)	161.410				
Início do Exercício.....	169.383	7.973				
Fim do Exercício.....	42.871	169.383				
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(126.512)	161.410				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
1) CONTEXTO OPERACIONAL				
A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como colista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.				
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.				
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.				
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis				
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.				
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.				
2.2) Moeda funcional e de apresentação				
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.				
2.3) Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para o pagamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.				
2.4) Determinação do valor justo				
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.				
2.5) Propriedade para investimento				
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.				
As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.				
A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.				
Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.				
Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.				
Os gastos incorridos no reparo e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.				
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.				
2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)				
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.				
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.				
2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias				
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:				
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;				
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;				
• Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e				
• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contendação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.				
2.8) Patrimônio líquido				
a) Lucro por ação				
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.				
b) Dividendos a pagar				
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.				
2.9) Reconhecimento da receita				
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.				
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.				
Recargas financeiras				
As recargas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.				
2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)				
A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando a alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e a alíquota de 9% para a CSLL.				
A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.				
2.11) Imobilizado				
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.				
Anualmente é realizada a avaliação de impairment para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.				
2.12) Outros ativos e passivos				
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base <i>pro rata</i> dia).				
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS				
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.				
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS				
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.				
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2017	2016		
Lucro Líquido do Exercício	40.529	49.831		
Resultado de Incorporação.....	3.114	9		
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(9)	-		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	43.634	49.840		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2017	2016		
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	6	5		
Fundos de investimentos financeiros (2).....	42.865	169.378		
Total de caixa e equivalentes de caixa	42.871	169.383		

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) INVESTIMENTOS
Em fevereiro de 2017, ocorreu a incorporação da empresa Veneza Empreendimentos e Participações S.A., pela Andorra Holdings S.A., o valor do Investimento em 2016 correspondia a R\$ 182.513 e com resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 48.414. O ágio registrado na Companhia correspondia em 2016 no montante de R\$ 63.996.

7) IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Valor de mercado
Propriedade para investimento				
Edificações.....	4%	119.117	(23.885)	662.930
Terenos.....	-	7.869	-	7.869
Total em 31 de dezembro de 2017	-	126.986	(23.885)	662.930
Total em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parâcer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engobanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2015.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do impairment para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 1.837 e as receitas de aluguel montam R\$ 40.327.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro				
	2017	2016		
Ordinárias.....	259.170.723	259.170.723		
Total	259.170.723	259.170.723		

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 92.700, elevando-o de R\$ 141.500 para R\$ 234.200, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Capital" e "Reserva de Lucros Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 24 de abril de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social no valor de R\$ 140.000, reduzindo-o de R\$ 234.200 para R\$ 94.200, sem cancelamento de ações, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 94.200.000,00 (noventa e quatro milhões e duzentos mil reais)".

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 30.000, elevando-o de R\$ 111.500 para R\$ 141.500, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Capital" e "Reserva de Lucros", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital
A reserva de capital é composta por ágio pago

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
- b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
- c) A Companhia adotou em 2017 o regime de tributação pelo lucro presumido. O Lucro Presumido é a forma de tributação simplificada do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL). A sistemática de tributação pelo Lucro Presumido é regulamentada pelos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/1999).
- d) Em 23 de fevereiro de 2017, foi firmado o Instrumento de Protocolo e Justificativa de Incorporação entre Andorra Holdings S.A. (Sociedade Incorporadora) e Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (Sociedade Incorporada), com a consequente extinção da Sociedade Incorporada. A incorporação visa promover a reorganização societária, objetivando a consolidação e racionalização das empresas, simplificação da estrutura societária, com consequente eliminação e/ou redução de custos financeiros, operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção da empresa.
- e) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio

do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas, e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/ indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substituiu o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos.

f) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis,

a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2